

Do Centro Histórico à Estação Ferroviária: a história da cidade da Lapa – PR contada a partir da preservação de seus bens patrimoniais

Letícia Aparecida da Paixão (Bolsista CAPES/PPH/UEM)

Resumo: A memória é um elemento fundamental na identidade de um grupo social e o seu exercício é o da lembrança, cujas imagens emergentes na consciência humana permitem a sobrevivência do passado. Quando se preserva um patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos, portanto a identidade de uma nação. O patrimônio constitui uma referência para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território, e também se refere ao que de melhor a humanidade produziu. Nesse sentido, a identidade pode ser compreendida como uma construção histórica, resultante de um processo que atribui significados e sentidos a uma comunidade imaginada. Ela é cultural e historicamente construída, passando por uma série de transformações ao longo do tempo. Quando falamos em preservação de um patrimônio como resultado da construção de uma identidade, temos que entender que se trata da ação do reconhecimento individual na construção efetiva da coletividade. Foi devido a fatos considerados importantes que passou haver considerações sobre a necessidade de preservação dos lugares da Lapa que marcaram a história e a memória tanto da população local, estadual e nacional. Nosso texto tem por objetivo contar a história da cidade da Lapa a partir da preservação de seus bens patrimoniais. Partimos do pressuposto de que cada bem tombado permite a reconstrução de um passado, onde cada um teve um papel importante na formação da memória coletiva daqueles que com eles se relacionaram. Para tanto, realizamos um levantamento dos bens patrimoniais da cidade e levamos em consideração os acontecimentos históricos que remontam à história estadual e nacional. Por meio da nossa análise buscamos compreender que a preservação patrimonial parte da representação individual em direção a construção de uma identidade coletiva, agindo diretamente no efetivo reconhecimento material daquele patrimônio. Mais que um reconhecimento material, há reconhecimento da representação na identidade da população local. Nesse sentido, os tombamentos dos bens patrimoniais da cidade da Lapa foi resultado do apoio e ação daqueles que tiveram interesse e respeitam a história e querem

preservá-la. Dessa forma, valorizar um bem implica em reconhecê-lo como parte integradora de sua identidade, somente dessa maneira se atua na defesa deste bem, para que ele não entre em declínio.

Palavras-chave: Patrimônio Material; preservação; Lapa

I. Lapa: cidade e história

A cidade da Lapa está localizada na região Sul do Paraná, a 60 quilômetros de Curitiba. Suas condições climatológicas e fisiográficas determinaram a constituição de uma economia voltada, quase que exclusivamente, para a atividade tropeira, desde o final do século XVIII até meados do século XIX (MACHADO, 2007).

Lapa se originou de um pequeno povoado fundado às margens da antiga Estrada da Mata, que era apenas um trecho do histórico “Caminho de Sorocaba”, por onde circulava tropas vindas do Rio Grande do Sul com destino a feira de Sorocaba (FERREIRA, 2000, p. 390)

Ao longo da estrada que ligava Viamão à Sorocaba foram estabelecidas paragens, pouso ou internadas, que eram utilizados pelos tropeiros e comerciantes portugueses e paulistas, para engordar o gado antes de prosseguirem viagem até Sorocaba, uma vez que partiam de Viamão, RS. Um desses pousos mais tarde deu origem à atual cidade da Lapa, pois não existia uma ligação por terra entre as duas regiões (MACHADO, 2007).

O tropeirismo se tornou a atividade mais lucrativa para os proprietários de terra, não só da Lapa, mas também de outras regiões que passavam, pois movimentava a economia nacional.

Além do tropeirismo, a cidade da Lapa teve sua história ligada às lutas que ali se desenrolaram por ocasião da Revolução Federalista, em 1894:

A Lapa se transformou em campo de batalha por ser ponto estratégico contra o avanço das forças revolucionárias federalistas procedentes do Sul. A cidade foi defendida por sua própria população e pela tropa legalista comandada pelo Cel. Ernesto Gomes Carneiro, contando com uma tropa de 1400 homens, que tentou impedir o avanço dos federalistas para a cidade de São Paulo (MACHADO, 2007, p.99).

A cidade resistiu de 17 de janeiro a 11 de fevereiro de 1894, momento em que foi assinada a capitulação, na casa do Coronel Lacerda. Esse fato histórico ficou conhecido como o Cerco da Lapa.

De acordo com Machado (2007), no início do século XX a cidade enfrentou períodos de declínio e progresso, o que fez com que a sociedade mudasse o seu modo de viver e conviver para se adequar às mudanças econômicas. O tropeirismo e o extrativismo entraram em declínio, perdendo sua importância. Uma vez que os modernos sistemas agrícolas foram ingeridos de maneira lenta, acabaram por contribuir para a preservação do ambiente histórico da cidade, mantendo vivos os cenários que marcaram a história do Paraná e até mesmo do Brasil.

Levando-se em consideração os acontecimentos históricos que remontam à história estadual e nacional, passou haver considerações sobre a preservação dos lugares que marcaram a história e a memória do país, iniciando-se assim, medidas para proteção dos monumentos da cidade da Lapa.

II. Lapa e seus bens tombados.

Segue abaixo os bens patrimoniais tombados na cidade da Lapa, bem como um breve resumo de sua história, que está disponível no site do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná.

Setor Histórico da Lapa

Tombamento Estadual: Livro do Tombo Histórico

Inscrição Tombo nº 94 Processo nº 01/89

Data da Inscrição: 26 de Junho de 1989

Tombamento Federal: Livro do Tombo Histórico

Processo nº 1309 – T-90

Aprovado pelo Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em reunião de 2 de Outubro de 1992. Homologado em 1998.

Localização: Área Central - Lapa

Proprietário: Particular – Diversos

Outras Denominações: Centro Histórico da Lapa

Em agosto de 1979, o então prefeito da Lapa, Sérgio Leoni, firmou convênio com a Universidade Federal do Paraná, com a ajuda de outros órgãos do Estado, objetivando a elaboração de um plano diretor urbano, ele estava preocupado em assegurar o desenvolvimento da cidade, resguardando-lhe, no entanto, sua

memória, suas tradições, seus bens culturais. Na época, já estavam protegidos, por tombamento, tanto federal como estadual, vários monumentos arquitetônicos ligados, de uma forma ou de outra, à história, à evolução da cidade: a Igreja Matriz de Santo Antônio, a Casa de Câmara e Cadeia, o Teatro São João, a casa onde faleceu o coronel Gomes Carneiro, a casa Lacerda, a casa Vermelha, entre os 235 imóveis incluídos nos 14 quarteirões do chamado Centro Histórico, foi criteriosamente avaliados e classificados no referido plano diretor.

Os edifícios do Setor Histórico foram classificados da seguinte forma:

- Arquitetura luso-brasileira – edifícios construídos no século XVIII e XIX, com sistema construtivo de origem portuguesa;
- Arquitetura do imigrante – edifícios que utilizavam soluções típicas dos países de origem das populações imigradas, como telhados de inclinações acentuadas, telhas planas e uso de beiras de lambrequins;
- Arquitetura eclética – construída de final do século XIX até a década de 1940; e
- Arquitetura contemporânea – edifícios construídos a partir da década de 1940.

O Setor Histórico abrange uma área de 23,41 ha. Os 235 lotes da área têm formato e dimensões bastante diversificados, com superfícies variando entre 54 a 7.337m². A predominância de uso é o residencial. Em seguida, as atividades de comércio, prestação de serviços. Há edificações com uso para serviços públicos (saúde e educação). Atividades culturais e lazer até mesmo para uso religioso. Há também hospedagens, bares, restaurante, pousadas ou hotéis.

Casa na Praça Coronel Lacerda

Tombamento Estadual: Livro do Tombo Histórico

Inscrição Tombo nº 36 Processo nº 37/72

Data da Inscrição: 1 de Março de 1972

Tombamento Federal: Livro das Belas Artes

Inscrição Tombo nº 12 Processo nº 29

Data da Inscrição: 1 de Abril de 1938

Localização: Praça Coronel Lacerda, 67

Proprietário: Fundação Nacional Pró-Memória

A casa foi construída entre os anos de 1842 e 1845, pela família Lacerda. Erguida em alvenaria de pedra, com as paredes internas de estuque (estrutura de peças verticais de madeira falquejada, com ripas horizontais em ambos os lados e revestidos com argamassa de cal e areia) abriga em seu interior objetos e móveis antigos que demonstram o modo de vida de uma família do século XIX. Entre os objetos que estão atualmente à mostra, destaca-se o quadro de Joaquim Lacerda e a imagem de Nossa Senhora do Rosário, que segundo a lenda em um chuvoso dia de procissão, foi abrigada na Casa. Todas as tentativas de retomar a procissão a chuva retornava, surgindo, deste modo, a crença de que o desejo da Santa era permanecer na Casa. Portanto, foi doada para a Família Lacerda.

O casarão em sua concepção original acumulou as funções comercial e residencial. Na década de 1920, foram realizadas algumas adaptações internas as quais não chegaram a descaracterizá-lo.

A Casa Lacerda é o único museu Federal na cidade da Lapa e oferece aos turistas a sensação nostálgica de viver no século XIX, em virtude da preservação da decoração original. Ainda proporciona outros atrativos culturais como uma gama diversificada de exposições, segundo exigências feitas pela doadora D. Cecília Lacerda. Para fotografar a parte interior da casa é necessária a permissão do IPHAN.

Igreja Santo Antônio – Matriz da Lapa

Tombamento Estadual: Livro do Tombo Histórico

Inscrição Tombo nº 35-II Processo nº 36/72

Data da Inscrição: 1 de Março de 1972

Tombamento Federal: Livro das Belas Artes

Inscrição Tombo nº 14 Processo nº 21-T

Data da Inscrição: 1 de Abril de 1938

Localização: Praça Central Carneiro

Proprietário: Arcebisbado Metropolitano

Outras Denominações: Igreja Matriz de Santo Antônio

Construída entre 1769 e 1784, é dedicada à invocação de Santo Antônio, que é o padroeiro da cidade.

No decorrer de todo o século XIX, pelo que consta em documentação, a matriz sempre esteve em obras. Durante o ano de 1874, com a ajuda do governo da

província e da Irmandade do Santíssimo Sacramento, foi concluída a parte acrescentada à matriz, conforme a data na ventoinha colocada sobre o telhado do campanário. Mas em 1878, novamente foram feitas solicitações para reparos.

Segundo depoimentos de pessoas do lugar, a matriz não tinha mobiliário, como bancos para os fiéis.

A edificação constitui bom exemplo da arquitetura luso-brasileira da segunda metade do século XVIII, pelo emprego da técnica em pedra, pela torre sineira e pelo desenho barroco do frontão. A igreja, de planta regular, se divide em nave, capela-mor e sacristia, aos fundos, além de ser coberta por telhado em duas águas na nave e capela mor.

Encontra-se em bom estado de conservação, e é mantida pela paróquia local. Uma curiosidade é que o pintor francês Debret a documentou em aquarela, em passagem pela região.

Seu interior é sóbrio, e contém imagens do século passado, oriundos da Europa, além dos túmulos dos heróis da República General Carneiro, Coronel Cândido Ducídio e Amintas de Barros. É o marco arquitetônico mais antigo da Lapa.

Casa na esquina com as ruas Barão do Rio Branco e Barão dos Campos Gerais

Livro do Tombo Histórico

Inscrição Tombo nº 28-II Processo nº 28/71

Data da Inscrição: 15 de Fevereiro de 1971

Localização: Rua Barão do Rio Branco, esquina com Barão dos Campos Gerais.

Proprietário: Prefeitura Municipal de Lapa

Outras Denominações: Museu das Armas

Primeiramente, construíam casas de madeira e de taipa, e à medida que a vila prosperava, começaram a surgir já em pedra e cal, outras edificações em torno do novo templo religioso em alvenaria de pedra concluído durante a segunda metade do século XVIII.

Essa antiga casa de comércio e moradia do século XIX é um dos principais remanescentes urbanos da arquitetura luso-brasileira daquela época. Foi adquirida pela Prefeitura Municipal em 1970, e restaurada. Pertencia aos herdeiros do então proprietário, representados por Gracinda Lacerda Montenegro.

Em 1972, a Prefeitura Municipal de Lapa fez um acordo com Osiris Stengel Guimarães, proprietário de coleção de armas antigas e objetos relacionados às lutas travadas na cidade, no sentido de que os transferisse e expusesse no prédio então recuperado. Essa coleção permaneceu ali exposta até 1994, data em que foi transferida para a Antiga Casa de Câmara e Cadeia.

O imóvel é em estilo colonial, construído em alvenaria mista, argamassa, pedra e tijolo. Na fachada levantada à Rua Barão do Rio Branco abrem-se três portas e três janelas, emolduradas por requadros de cantaria, as primeiras em folha cega, almofadadas, sistema de guilhotina, vidraças divididas em quadrículos. Telhados em quatro águas, arrematado por beiral em beira-seveira. Lateralmente, há uma entrada para veículos.

Imóvel situado à Rua Embaixador Hipólito Alves de Araújo esquina com a Rua Barão do Rio Branco

Livro do Tombo Histórico

Inscrição 76-II Processo 81/81

Data da Inscrição: 27 de Outubro de 1981

Localização: Rua Embaixador Hipólito Alves de Araújo

Proprietário: Prefeitura Municipal da Lapa

Outras Denominações: Casa Vermelha

Pelas características que apresenta, trata-se de uma das mais antigas casas de moradia da cidade da Lapa, construída, provavelmente na primeira metade do século XIX. Em 1868, foi adquirida por Antônio José Mateus e Manoel Antônio de Lacerda.

Cinco anos depois, o imóvel foi vendido a Manoel Corrêa de Lacerda, que ali estabeleceu uma Casa de Comércio. Em 13 de setembro de 1873, o imóvel foi vendido a Marcelino Diogo dos Santos e mais tarde passou para a propriedade a Theodoro Wille, de quem Germano Ehlhe teria comprado o imóvel em 1887.

Data dessa época a ampliação sofrida e passou a ser utilizada como hotel. Atualmente é utilizada como Centro de Artesanato, ligado a administração da Prefeitura Municipal da cidade da Lapa.

Teatro São João

Tombamento Estadual: Livro do Tombo Histórico

Inscrição Tombo nº 21-II Processo nº 21/69

Data da Inscrição: 13 de Março de 1969

Tombamento Federal: Livro das Belas Artes

Inscrição Tombo nº 1120-T-84 Processo nº 568

Data da Inscrição: 24 de Abril de 1985

Localização: Praça Central Carneiro nº 189

Proprietário: Prefeitura Municipal da Lapa

Antes da segunda metade do século XIX não havia nenhuma referência a respeito da existência de qualquer atividade cultural na Vila Nova do Príncipe de Santo Antonio da Lapa. Foi só quando elevada á categoria de cidade, que efetivamente surgiram movimentos no sentido de promover atividades culturais e artísticas.

Emudio Westhalen, Pedro Fortunato, João Domingos, entre outros, fundaram em 29 de julho de 1873, a Associação Literária Lapeana, cujo objetivo era organizar uma seleta biblioteca com vários assuntos e construir um teatro para encenação de espetáculos. Após três anos o teatro São João foi concluído e visitado por D. Pedro II em 1880, onde se impressionou com a biblioteca de 1500 obras seletas.

O teatro São João é marcado por ter se transformado em enfermaria na Revolução Federalista em 1894. No início do século XX foi usado como cinema mudo, logo depois veio o cinema falado, onde foi o primeiro da cidade. Sediou também a primeira exposição regional de agricultura, e durante vários anos foi palco de leilões em benefício a festa de São Benedito.

Estação Ferroviária da Lapa

Livro do Tombo Histórico

Inscrição Tombo: 137-II Processo nº 08/98

Data da Inscrição: 13 de Novembro de 2001

Localização: Avenida Aloísio Leoni, s/nº

Proprietário: Rede Ferroviária Federal S.A

O pedido para o tombamento da Estação Ferroviária da Lapa veio através da Associação Brasileira de Prevenção Ferroviária – Regional Paraná (ABPF), que salientou a importância histórica desse bem e a preocupação em salvaguardar e divulgar esse patrimônio.

A ferrovia Curitiba – Lapa possui 85 quilômetros de extensão, e se constitui num dos primeiros ramais da Estrada de Ferro do Paraná, que ligaria o segundo planalto com o porto de Paranaguá. A inauguração do trecho (Serrinha-Lapa) se deu em novembro de 1891, e visava basicamente à exportação de madeira e ervamate da região.

O atual prédio da estação ferroviária da Lapa foi inaugurado em 02 de julho de 1952. Sua construção em alvenaria veio substituir a antiga estação de madeira que existia desde o final do século XIX, e por isso a designação de “Estação Nova”. Seguindo o Plano Nacional de Desestatização – PND , em março de 1997, a Estação Ferroviária da Lapa, assim como boa parte da Malha Sul da Rede Ferroviária Federal S.A., passou para o domínio privado, assumido pela empresa Sul Atlântico S/A (FSA).

A partir desse momento a estação foi desativada, entrando nos últimos anos, num processo de deterioração. Através da nova empresa concessionária, América Latina Logística (ALL), o espaço da estação, é concedido para uso da prefeitura municipal, em 1997. Depois de sofrer alguns reparos, em 17 de março de 2000, a estação foi reinaugurada abrigando um espaço cultural para a comunidade e um curso pré-vestibular do Colégio Cooperativo. No ano de 2001, a Estação tem seu tombamento estadual, retornando seu domínio, no mesmo ano para a prefeitura municipal da Lapa.

Em reportagem apresentada no Jornal Estadual da emissora RPC no ano de 2007, a Estação Ferroviária da Lapa encontrava-se em estado de degradação, não condizente com sua condição de bem tombado, e permanece nessa situação até o presente momento.

III. Identidade, patrimônio e políticas de preservação.

A identidade pode ser compreendida como uma construção histórica, resultante de um processo que atribui significados e sentidos a uma comunidade imaginada. Ela é cultural e historicamente construída, passando por uma série de transformações ao longo do tempo.

Rebeca Gontijo

Partindo do pressuposto que a memória é um elemento fundamental na identidade de um grupo social e que seu exercício é o da lembrança, cujas imagens

emergentes na consciência humana permitem a sobrevivência do passado, quando se preserva um patrimônio cultural, conserva-se a memória do que fomos e do que somos, portanto a identidade de uma nação.

O patrimônio constitui uma referência para a construção de uma identidade comum a um povo que compartilha o mesmo território, e também se refere ao que de melhor a humanidade produziu.

Quando falamos em preservação de um patrimônio como resultado da construção de uma identidade, temos que entender que se trata da ação do reconhecimento individual na construção efetiva da coletividade. Nesse sentido, a população da cidade da Lapa tem o interesse na preservação e na reabilitação da Ferrovia em um museu histórico. Uma vez que boa parte da população teve experiências marcantes e gostariam que seus filhos tivessem a mesma oportunidade de reviver um passado significativo. A Estação é um testemunho vivo de boa parte da história da cidade. A falha na aplicação da legislação de tombamento representa uma perda irreparável na memória/identidade daqueles que viveram os momentos áureos da Estação Ferroviária.

A Constituição Federal de 1988 entende como patrimônio cultural brasileiro:

Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (FONSECA, 2000, p.60)

A preservação dos bens patrimoniais, segundo Machado (2007), não deve seguir um caminho nostálgico, valorizando somente o fato da preservação em si, mas deve se buscar conferir um novo rumo às áreas preservadas, devido ao crescimento das cidades e ao papel assumido pelos edifícios tombados no contexto urbano.

Valorizar um bem, nesse sentido, implica em reconhecê-lo como parte integradora de sua identidade, só dessa maneira se atua na defesa deste bem, para que ele não entre em declínio.

A problemática não se dá somente no intuito de se preservar ou não um bem, mas em definir quais medidas a serem tomadas em relação a ele.

O tombamento é um conjunto de medidas aplicadas pelo poder público com o objetivo de preservar, através de leis específicas bens culturais de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e acima de tudo, de valor afetivo para a população, impedindo sua destruição, mutilação ou demolição. O tombamento é a primeira medida para a preservação de bens culturais, visto que impede juridicamente sua destruição (OLIVEIRA, 2004).

No âmbito mundial a UNESCO é a responsável pelo incentivo da preservação do patrimônio mundial, visando promover a identificação, proteção e preservação do patrimônio mundial, cultural e natural, considerado de excepcional valor para a humanidade (Tratado Internacional: Convenção sobre a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural – 1972).

No âmbito federal cabe ao IPHAN a identificação, documentação, restauração, conservação, preservação, fiscalizando e difundindo os bens culturais no Brasil. Foi criado em 1937, pela Lei nº 378. As suas ações estão pautadas em legislações específicas sobre cada um dos temas condizente com sua área de atuação.

Uma vez que o bem patrimonial é tombado no campo de ação estadual, cabe-nos avaliar o que assegura a Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado do Paraná.

No âmbito estadual, as primeiras medidas ocorrem com a criação do Conselho do Patrimônio Histórico e Artístico, em 1948, juntamente com a Divisão de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, através da Lei Estadual N.º 112 de outubro de 1948. O Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico constitui-se num órgão normativo e consultivo, auxiliar na formação, acompanhamento e avaliação da política relativa ao patrimônio histórico, artístico e natural do Paraná, como unidade de direção superior da Secretaria de Estado da Cultura. (Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>. Acesso em: 14.07.2012).

Em 1986, a Secretaria da Cultura criou a Coordenadoria do Patrimônio Cultural, sistematizando a preservação dos sítios e paisagens naturais, estendendo-se por todo o Estado. Suas prerrogativas em relação ao bem patrimonial tombado são: restaurar ou consolidar o bem tombado, estudá-lo, discutir opiniões, planejar o seu aproveitamento, conscientizar a população do entorno, sinalizar o local,

revitalizá-lo e fornecer qualificações aos seus usuários. (Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br>. Acesso em: 14.07.2012).

Conclusão

Nas últimas décadas, observa-se um aumento dos interesses com o passado, sobretudo com o que denominamos de “patrimônio”. Em algumas partes do mundo, observa-se uma alteração na compreensão do patrimônio. O que antes era visto como obstáculo ao desenvolvimento, agora é visto como uma condição para ele (AFONSO, 2009, p. 33).

A preservação patrimonial parte da representação individual em direção a construção de uma identidade coletiva, agindo diretamente no efetivo reconhecimento material daquele patrimônio. E não falamos em um reconhecimento material em si, mas no que ele representa, representou e representará na identidade da população. Nesse sentido, os tombamentos dos bens patrimoniais da cidade da Lapa foi resultado do apoio e ação daqueles que tiveram interesse e respeitam a história e querem preservá-la.

Sendo assim, Casco (s/d) escreveu que é preciso considerar que a preservação do patrimônio e da memória que estão inscritas em território distintos como o político, o econômico e o social. No que diz respeito ao território social e aos elementos que o estruturam podemos dizer que uma das dimensões das ações de preservação é aquela construída por interesses afetivos. Ensinar o respeito ao passado, mais do que a sua simples valorização, é contribuir para a formação de uma sociedade mais sensível e apta a construir um futuro menos predatório e descartável. Uma sociedade culta é uma sociedade cultivada, seja pelos meios formais de educação – a escola -, seja pelos informais – a família os mestres, as práticas sociais etc. E será culta, no sentido mais amplo de portadora de uma cultura, na medida em que for capaz de escolher, no passado e no presente, aqueles – objetos, signos, pessoas, tradições etc. – com os quais quer construir sua linha do tempo no mundo.

Referências:

AFONSO, Caroline Ganzert. *Significados do patrimônio cultural para a sociedade: um estudo de caso sobre o centro histórico da Lapa*. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Dissertação (Mestrado). 2009.

CASCO, Ana Carmen Amorin Jara. *Sociedade e educação patrimonial*. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=526> Acesso em: Junho. 2013.

Descrição dos bens tombados. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br> – Acesso em Junho. 2013.

GONTIJO, Rebeca. Identidade Nacional e Ensino de História: a diversidade como “patrimônio sociocultural”. In: ABREU, Marta e SOIHET, Rachel (orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *O Paraná e seus municípios*. Editora Memória Brasileira, 2000.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). *Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MACHADO, Alisson Bertão. *Políticas Culturais e patrimônio histórico: o processo de tombamento do setor histórico da Lapa, PR como estudo de caso*. Maringá: (s.n), 2007.

OLIVEIRA, Ana Gita de. *Salvaguarda do patrimônio cultural: bases para a constituição de direitos.* Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=568>. Acesso em: Junho. 2013.

Reportagem exibida no Jornal Estadual da emissora RPC. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=1yoLTkdpXQg&feature=related> – Acesso em Junho. 2013.